

INVASÕES

HUNGRIA 1956 / CHECOSLOVÁQUIA 1968

Primeiros anos do pós-guerra

Assim que o final da 2.ª Guerra Mundial permitiu o retorno à actividade política, a organização do poder civil nos países europeus sob dominação soviética não assumiu imediatamente a forma de repúblicas de partido único, ao estilo da URSS. Na Hungria, as eleições de Novembro de 1945 realizaram-se, ainda, de forma livre, tendo os eleitores privilegiado os antigos partidos – Liberais, Sociais-Democratas e diversos partidos agrários –, deixando o Partido Comunista Húngaro com uma modesta percentagem dos votos. Tanto bastou para que, de Moscovo, viessem instruções para combater sem contemplações esses sinais de distanciamento relativamente à ideologia do regime que interessava instalar. Seguiram-se tempos de encoberto constrangimento, de terror e repressão, com a prisão dos elementos que resistiam e a sistemática acusação da sua qualidade de ‘reaccionários’ e ‘fascistas’. A organização de milícias populares ajudou a criar o clima de insegurança propício à adopção de medidas de limitação da liberdade.

Apesar de acusado de reaccionário, o Partido dos Pequenos Proprietários saiu vencedor das eleições de 1945 e constituiu governo com os Socialistas. Foi com a cumplicidade destes que os comunistas lograram expulsar do parlamento alguns deputados do Partido dos Pequenos Proprietários, os quais seriam acusados, em Fevereiro de 1947, de conspiração. Béla Kovács, líder do partido, foi mesmo acusado de espionagem contra o Exército Vermelho e exilado na Sibéria. Realizadas novas eleições, em Agosto de 1947, a manipulação dos resultados atirou com os Pequenos Proprietários para os 15% de votos, enquanto os comunistas subiam para 22%. Dois anos mais tarde, em novas eleições, uma Frente Popular de comunistas e socialistas já conseguia 95,6% da votação e abria caminho para um sistema essencialmente monopartidário.

Entretanto, em 28 de Junho de 1948, durante a reunião do Cominform (*Communist Information Bureau*), a Jugoslávia de Tito era formalmente expulsa da organização, acusada de ignorar o papel liderante do Exército Vermelho e da URSS na libertação do seu país e na transformação socialista. Além disso, o governo de Belgrado era acusado de conduzir uma política externa nacionalista e de adoptar políticas internas incorrectas. Na prática, era como se a Jugoslávia se tivesse tornado uma “oposição de esquerda” ao monopólio de poder de Estaline. A rotura pública com Tito constituía, por conseguinte, um sério aviso para todos quantos, no espaço dominado pela URSS, se atrevessem a divergir. Nessa ocasião, valeu ao regime jugoslavo, para não soçobrar, a ajuda económica que logrou obter dos países ocidentais.

Como já era habitual nessa época, a dissidência de Tito produziu uma série de “carimbos” e expressões de propaganda política que, ainda hoje, são indispensáveis à linguagem política dos comunistas. De Tito passou a dizer-se “Judas Tito e os seus cúmplices”, o “novo czar dos Pan-Sérvios e de toda a burguesia jugoslava”. Os seus seguidores eram “traidores desprezíveis e lacaios do imperialismo”, “arautos sinistros do campo da guerra e da morte, traidores promotores de



guerras e dignos herdeiros de Hitler”. O Partido Comunista Jugoslavo era condenado como sendo “um bando de espiões, provocadores e assassinos”, “cães presos a correntes americanas, roendo ossos imperialistas e ladrando ao serviço do capital americano”.¹ Em 1950, Estaline chegou mesmo a pensar em invadir a Jugoslávia, mas abandonou a ideia, perante o rearmamento do Ocidente.

A morte de Estaline, em 5 de Março de 1953, catapultando Nikita Khrushchev para o cargo de 1.º Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), constituiu um marco importante na gestão do espaço soviético, proporcionando alguns ajustamentos políticos e ideológicos que viriam a ter algum impacto nos países da Europa de Leste. Em Junho, cerca de 400.000 trabalhadores da Alemanha Oriental declaram-se em greve e levam a efeito uma grandiosa manifestação em Berlim. A intervenção da polícia e dos carros de combate do Exército Vermelho poriam fim ao protesto, do qual resultariam 300 mortos e milhares de presos, dos quais 1.400 seriam condenados a longas penas. Foi a propósito da manifestação de Berlim que Berthold Brecht escreveu o único texto de discordância com o regime comunista a que aderira:

No seguimento da manifestação de 17 de Junho, o secretário da Liga de Escritores fez distribuir panfletos na Alameda Estaline, onde se podia ler que o povo havia traído a confiança do governo e que só a poderia recuperar mediante redobrados esforços. Não seria mais simples para o governo, nestas circunstâncias, dissolver o povo e eleger um outro?²

Uma das primeiras demonstrações de que algo mudava com o desaparecimento de Estaline foi a aproximação que Khrushchev procurou fazer ao regime de Tito. Acompanhado do marechal Bulganine, o novo líder do Kremlin visita Belgrado, em Maio de 1955, começando a descongelar as relações com o regime jugoslavo. Menos de um ano depois, em 25 de Fevereiro de 1956, Nikita Khrushchev apresenta o seu relatório anti-Estaline ao 20.º Congresso do PCUS, denunciando os “crimes, erros e o ‘culto’ pessoal” do antigo secretário, salientando:

Temendo a futura sorte do partido e da nação soviética, V.I. Lenine fez uma caracterização completamente correcta de Estaline, sublinhando que era necessário considerar a questão da remoção de Estaline das funções de Secretário-Geral, por ele ser excessivamente rude, por não ter uma atitude adequada no relacionamento com os seus camaradas, por mentir impulsivamente e abusar do seu poder...[...]

Agia não por persuasão, explicação e paciente cooperação com as pessoas, mas pela imposição dos seus conceitos e exigindo absoluta submissão à sua opinião. Qualquer pessoa que se opusesse a este conceito ou tentasse fundamentar a sua opinião e a justeza da sua posição estava condenada a ser afastada da liderança colectiva, a que se seguia o seu aniquilamento moral e físico. Isto foi particularmente evidente durante o período que se seguiu ao 17.º congresso do partido³, quando muitos proeminentes dirigentes e militantes, trabalhadores, honestos e dedicados à causa do comunismo, tomaram vítimas do despotismo de Estaline.

Estaline criou o conceito de ‘inimigo do povo’. Este termo implicava, automaticamente, que os erros ideológicos de um homem ou homens envolvidos numa controvérsia não necessitassem de ser provados; este termo tornou possível o emprego da mais cruel repressão, violando as normas da legalidade revolucionária, contra qualquer pessoa que, de algum modo, discordasse de Estaline, contra aqueles que eram apenas suspeitos de intenções hostis, contra aqueles que tinham má reputação. Este conceito, ‘inimigo do povo’, na realidade eliminava a possibilidade de qualquer tipo de debate ideológico [...] No essencial, e na prática, a única prova de culpa utilizada, contra todas as normas da actual ciência jurídica, era a confissão do próprio acusado,

¹ JUDT, Tony, *Postwar*, p. 247. Random House. Edição do Kindle.

² *Idem*, pp. 297-298.

³ Realizado entre 26 de Janeiro e 10 de Fevereiro de 1934.

e, como subseqüentes investigações vieram a apurar, as confissões eram obtidas através de violências físicas sobre o acusado.⁴

Desta breve citação do discurso de Khrushchev se pode deduzir o enorme impacto moral que, subseqüentemente, se espalhou nas fileiras comunistas fiéis a Moscovo. As semelhanças de acção com o fascismo e o nazismo eram terrivelmente evidentes. Desconhecida do grande-público durante décadas, a tomada de posição do novo secretário-geral viria a ter alguns reflexos nos países da Europa de Leste subordinados a Moscovo, nomeadamente através do encorajamento a reformas, à crítica dos erros estalinistas, à reabilitação de algumas das suas vítimas e ao fim dos julgamentos de intimidação, dos aprisionamentos em massa e das purgas no interior do partido. Parecia uma boa ideia.

A insurreição húngara de 1956

Em Julho de 1953, poucos meses depois da morte de Estaline, a liderança do Partido Comunista Húngaro (PCH) foi substituída, com a bênção de Moscovo, por um político de conhecido pendor



Imre Nagy

reformista – Imre Nagy. Tratava-se de uma reabilitação, dado que havia sido saneado e preso nos primeiros tempos após o final da guerra. Como seria de esperar, Nagy não tardou a apresentar um programa que apontava para a liberalização do regime.

Com a dissolução do *Cominform*, em 18 de Abril de 1956, parecia que Moscovo estaria disposto a aceitar, no plano internacional, a possibilidade de vários caminhos para o socialismo. Seguiu-se, por isso, a reaproximação ao regime do marechal Tito, com a realização, em Moscovo, de uma cimeira entre delegações dos dois países, em Junho de 1956.

Na Hungria, estes acontecimentos foram interpretados como sendo a abertura a modificações mais profundas, as quais apontavam para uma direcção política sem laços com o estalinismo. Nesta movimentação política, envolveu-se um grande número de estudantes, seguindo-se diversas manifestações de protesto. Desse movimento, resultaria a aprovação de um manifesto de Dezasseis Pontos, formulado, em 22 de Outubro de 1956, pelos alunos da Universidade Técnica de Budapeste. O documento clamava por reformas nos sectores industrial e agrário, mais democracia, liberdade de expressão e o fim de diversas restrições derivadas do regime comunista. Manifestavam, também, o desejo de ver Imre Nagy novamente nas funções de primeiro-ministro. No dia seguinte, 23 de Outubro, os estudantes concentraram-se defronte do parlamento de Budapeste para manifestarem o seu apoio ao documento tornado público na véspera. Ernő Gerő, que era então o líder do PCH, começou por proibir a manifestação, mas acabou por a autorizar. Logo depois, porém, pronunciou pela rádio um discurso condenatório da manifestação. Não tardou que os manifestantes, furiosos, derrubassem a estátua de Estaline existente no centro da cidade. Seguiu-se o aparecimento dos primeiros carros de combate soviéticos, dando início à repressão da multidão. Todavia, na manhã do dia seguinte, o Comité Central do PCH anunciava a indigitação de Imre Nagy para o cargo de primeiro-ministro.

Em todo o país se formaram, rapidamente, comités nacionais revolucionários de trabalhadores e de organizações estudantis. Mas o choque entre a polícia e os manifestantes foi violento, provocando diversos linchamentos. Inicialmente, o PCH recusou-se a reconhecer que se tratava de uma revolução democrática, considerando, pelo contrário, que se tratava de uma contra-revolução. Só em 28 de Outubro Nagy falou pela rádio no sentido de propor uma trégua, aceitando o carácter

⁴ <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/115995.pdf?v=3c22b71b65bcbbe9fdfadead9419c995> consultado em 26-04-2022.

revolucionário dos protestos. Prometeu, ainda, dissolver a polícia secreta e anunciou que as tropas soviéticas iriam sair de Budapeste. Em Moscovo, apesar das dúvidas sobre a situação em curso, a atitude seguinte foi no sentido de apoiar as decisões de Nagy, procurando manter a movimentação das massas debaixo do controlo do partido.

Enquanto isto se passava, eclodiu, em 29 de Outubro, a crise do Suez, a qual se iria prolongar até 7 de Novembro de 1956, circunstância que, nalguma medida, tem sido apontada como justificativa da paralisia ocidental perante os acontecimentos na Hungria. Outro tanto se poderá dizer quanto à proximidade das eleições presidenciais americanas que conduziriam à reeleição do general Eisenhower.

Voltando à Hungria, os acontecimentos iam ficando fora do controlo do PCH. Em 30 de Outubro, a sede do partido foi assaltada pelos manifestantes, morrendo 24 dos defensores do edifício. Perante a animosidade dos manifestantes, em vez de forçar qualquer recuo, Nagy entendeu que era chegado o momento de avançar. De novo através da rádio, anunciou o retorno ao sistema de coligações de partidos, como sucedera em 1945, o que, na prática, reimplantava um sistema pluripartidário. Para completar a recomposição do cenário político, Nagy lança um apelo público à URSS para retirar as tropas soviéticas de Budapeste e do resto da Hungria, uma medida que correspondia ao crescente sentimento anti-russo da população.



Coluna militar húngara saudada pela população de Budapeste



Rua de Budapeste após confrontações, vendo-se dois obuses autopropulsionados soviéticos ISU-152 danificados

Em 31 de Outubro, o anúncio de que o governo húngaro começara as negociações para a retirada da Hungria do Pacto de Varsóvia terá sido a gota que, na perspectiva de Moscovo, fez transbordar o copo. A circunstância de, contemporaneamente, se terem registado movimentos estudantis análogos aos da Hungria, na Roménia e na Bulgária, foi lida no PCUS como sinal de contaminação e um alerta para a necessidade de pôr fim a esses movimentos desagregadores. Consequentemente, divisões soviéticas estacionadas na Roménia e na Ucrânia receberam ordens para se movimentarem na direcção da fronteira com a Hungria. Em resposta, Nagy convocou o embaixador soviético, Yuri Andropov, e anunciou-lhe que, como forma de protesto pela ameaça militar, a Hungria se retirava unilateralmente do Pacto de Varsóvia. Às 19.50 de 1 de Novembro, Nagy anunciava pela rádio que a Hungria se tornara um país neutral.

Nessa mesma noite, János Kádár, secretário-geral do PCH, deslocou-se secretamente a Moscovo, onde Khrushchev o instigou a constituir um novo governo, que pudesse ser apoiado pelo Kremlin. O Exército Vermelho, de qualquer modo, penetraria no país e restabeleceria a ordem. Seguidamente, Khrushchev reuniu-se em Bucareste com os líderes da Roménia, Bulgária e Checoslováquia, para coordenação dos movimentos seguintes.

Em 2 de Novembro, pressentindo a ameaça, Nagy apela para o secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjöld, no sentido de servir de intermediário no conflito entre a Hungria e a URSS. No dia

seguinte, Nagy pensava iniciar conversações com as autoridades militares soviéticas presentes na Hungria. No entanto, quando os representantes do governo húngaro chegaram ao quartel-general soviético de Tököl, foram imediatamente presos. Às 4 horas da madrugada seguinte, as unidades blindadas soviéticas avançaram sobre Budapeste. Uma hora depois, as autoridades soviéticas anunciavam a substituição de Imre Nagy e a constituição de um novo governo. Pelas 05.20, o primeiro-ministro húngaro veio aos microfones da rádio e fez a seguinte declaração:

Daqui fala Imre Nagy, presidente do Conselho de Ministros da República Popular da Hungria. Nas primeiras horas desta madrugada, as tropas soviéticas lançaram um ataque contra a nossa capital, com a óbvia intenção de derrubar o governo legal e democrático da Hungria. As nossas tropas estão a combater. O governo mantém-se em funções. Informo desta situação o povo do país e a opinião pública mundial.⁵



Carros de combate do Exército Vermelho, em Budapeste, após o esmagamento da revolta

As tropas soviéticas não demoraram mais do que 72 horas a ocupar Budapeste e a assumir o controlo do país. Nagy e os seus colaboradores mais próximos procuraram refúgio na embaixada da Jugoslávia, onde lhes foi garantido asilo, pelo que as relações entre a URSS e a Jugoslávia voltariam a ressentir-se. Entretanto, em 7 de Novembro, János Kádár foi empossado como novo primeiro-ministro da Hungria. Terminava, assim, a tentativa liberalizante na Hungria, ao preço de 2.700 mortos em combate e 341 julgados e condenados à pena capital nos anos seguintes. Cerca de 22.000 húngaros seriam condenados a penas de prisão e 13.000 enviados para campos de internamento, até à amnistia declarada em 1963.

Em 11 de Novembro, o marechal Tito não deixava de tornar pública a sua opinião sobre a forma como a URSS actuara na Hungria:

É um grave erro o emprego de tropas estrangeiras para dar uma lição a um povo.⁶

Nagy e os seus companheiros seriam pressionados a abandonar a embaixada jugoslava. Tendo-o feito em 22 de Novembro, foram imediatamente detidos pelas autoridades soviéticas e enviados, sob prisão, para a Roménia.

Nos partidos comunistas dos países ocidentais, o embaraço perante a violência dos acontecimentos da Hungria foi evidente. Segundo a contagem do próprio Partido Comunista Italiano, entre 1955 e 1957 registou-se a defecção de cerca de 400.000 militantes.⁷ Mas também houve reacções de sinal

⁵ JUDT, Tony, *Idem*, p. 451. Random House. Edição do Kindle.

⁶ *Ibidem*.

⁷ *Ibidem*, p. 520.

oposto. Sartre não teve dúvidas em considerar que a revolta húngara fora dominada por um “espírito direitista”.

Primavera de Praga de 1968

Quando, doze anos depois da revolta húngara, o Partido Comunista da Checoslováquia (PCC) se vê confrontado com novos anseios de liberalização, já não é Nikita Khrushchev o secretário-geral do PCUS, função de que fora afastado em Outubro de 1964, a favor de Leonid Brejnev. Entretanto, um novo termo fora cunhado para classificar as dissensões no seio do movimento comunista – **revisionismo** (autoria atribuída a Władisław Gomułka, primeiro secretário do Partido Operário Unificado Polaco) – expressão de censura que viria a encaixar-se muito bem nas aspirações de mudança patrocinadas pelo PCC.

De facto, a Checoslováquia entraria na década de 1960 sem que se tivessem manifestado as oscilações ideológicas verificadas noutros países, como na Hungria ou na Polónia. A “velha guarda” do PCC mantinha-se no poder, como resultado de um cenário político sem notórios sobressaltos. Prudentemente, algumas vítimas da repressão estalinista haviam sido libertadas, ainda que mais tarde do que noutros países do bloco soviético, e os militantes reabilitados puderam regressar ao partido, com plenos direitos. No seguimento deste aparente desanuviamento, registou-se um incremento de actividade cultural, possível graças ao fulgor dos intelectuais e artistas do país (Kundera, Vaculík, Havel, etc.)

Em 5 de Janeiro de 1968, o Comité Central do PCC elegeu Alexandre Dubček para as funções de primeiro-secretário, em substituição de Antonín Novotný, o qual, todavia, se manteria como presidente da república. Com apenas 47 anos, a eleição de Dubček era bem o símbolo de rotura com a “velha guarda” instalada no tempo de Estaline, não tardando a pôr em execução um ousado programa de reformas económicas. A percepção de que algo mudara não tardou a reflectir-se na rua, com manifestações onde se pedia o fim da censura e o apuramento de responsabilidades relativamente às purgas da década de 1950. Procurando ir ao encontro do sentimento popular, Dubček apoiou o abrandamento da censura e foi afastando do partido e do Exército algumas figuras mais próximas de Novotný. Este, por seu turno, acabaria por resignar, em 22 de Março, sendo substituído pelo general Ludvík Svoboda. No seu movimento reformista, a Checoslováquia abraça, então, o que seria designado por “socialismo de rosto humano”, sob o qual, num período de transição de dez anos, seria autorizada a formação de outros partidos e a realização de eleições livres. Dava-se início à Primavera de Praga.

Em 18 de Abril, tomava posse um novo governo, chefiado por Oldřich Černík, e, em 26 de Junho, a censura era formalmente abolida. No meio de grande entusiasmo, os dez anos do período de transição passaram a não fazer sentido para os mais apressados. Choveram as pressões da rua para o aceleração do processo. Dubček começou por resistir ao abandono do monopólio do poder por parte do PCC, entendendo que essa exclusividade constituía uma ferramenta útil para conduzir a mudança. Iludiu-se, entretanto, acerca da sua capacidade para convencer Moscovo de que nada havia a temer, uma vez que a popularidade do partido estava em alta. Além disso, contrariamente ao que sucedera na Hungria, não haveria saída do Pacto de Varsóvia nem declaração de neutralidade. Dubček considerava que, não cometendo os mesmos erros de Nagy, estaria a salvo da fúria da URSS.

Para o PCUS, porém, a parte mais negativa do novo rumo sugerido pelo governo de Praga era, precisamente, o abandono da ideia do monopólio do poder. Em 21 de Março, numa reunião do Politburo soviético, o líder do partido na Ucrânia, Petro Shelest, dava conta de movimentações de jovens da sua república, que interpretava como indesejável contaminação da revolução checoslovaca, no que foi secundado pelos representantes polaco e alemão-oriental. Em Abril, o

ministro da Defesa soviético, Andrei Grechko, foi instruído no sentido de preparar um plano para a intervenção militar na Checoslováquia, o qual receberia a designação de “Operação Danúbio”.

Numa deslocação a Moscovo, em 04/05 de Maio, Dubček foi bombardeado com queixas e censuras dos dirigentes soviéticos, aos quais procurou tranquilizar, afirmando que tudo se encontrava sob controlo. Em Julho, porém, os dirigentes de Moscovo já não tinham ilusões: o processo checoslovaco estava descontrolado e era preciso tomar medidas drásticas.

Entretanto, importa recordar que, do mesmo modo que a crise húngara de 1956 teve a concorrência cronológica da crise do Suez, também a Primavera de Praga teve de viver com a contemporânea *ofensiva do Tet*, no Vietname, e o *Maio de 68*, em França. Os dirigentes da URSS pressentiram, por conseguinte, que o Ocidente estava com a atenção suficientemente concentrada nos seus próprios problemas para constituir um entrave à adopção das tais medidas drásticas.

Deste modo, em 14 de Julho, em Moscovo, a direcção do PCUS reúne com os líderes dos partidos comunistas da Polónia, Alemanha Oriental, Bulgária e Hungria, sendo significativa a ausência dos representantes da Checoslováquia. Nessa reunião, porém, foi decidido enviar para os camaradas de Praga uma “carta fraternal”, na qual se alertava para os riscos de uma contra-revolução e se afirmava, taxativamente, que “a situação na Checoslováquia prejudica os interesses vitais comuns dos outros países socialistas”⁸.

Entre 29 de Julho e 1 de Agosto, num encontro com Brejnev, realizado em Čierna nad Tisou, no extremo oriental da Checoslováquia, Dubček procura, uma vez mais, convencer o seu interlocutor de que as reformas em curso não punham em causa a predominância do partido comunista, antes haviam reforçado a sua popularidade.



Brejnev e Dubček cumprimentam-se à chegada do primeiro a Čierna nad Tisou

Brejnev regressa ao seu país nada convencido com a argumentação do líder checoslovaco. Em 3 de Agosto, numa reunião dos países do Pacto de Varsóvia, em Bratislava, o líder soviético estabelece uma nova fórmula política para utilização naqueles tempos de mudança:

Cada partido comunista é livre de aplicar os princípios do Marxismo-Leninismo e do socialismo no seu próprio país, mas não tem liberdade para se desviar desses princípios se deseja continuar a ser um partido comunista...O enfraquecimento de qualquer das ligações no sistema mundial do socialismo afecta directamente todos os países socialistas, ao que eles não podem permanecer indiferentes.⁹

⁸ *Ibidem*, p. 710.

⁹ *Ibidem*, p. 711.

Ficava explícito, deste modo, o direito da ‘intervenção preventiva’. Para Dubček, a situação interna tornava-se ainda mais complexa, na medida em que a ausência de censura fizera disparar a publicação de severas críticas à União Soviética. No interior do próprio PCC já havia quem, secretamente, apelasse para uma intervenção da URSS. Mas essa decisão só seria tomada em 18 de Agosto, com Brejnev algo relutante perante as consequências morais que antecipava para o pós-vitória. Com o apoio decidido do ministro da Defesa soviético, Andrei Grechko, a invasão concretizar-se-ia, em 21 de Agosto, com a entrada na Checoslováquia de unidades militares da URSS, Polónia, Hungria, Bulgária e Alemanha Oriental, totalizando 500.000 homens. Ausente, por discordar do procedimento, a Roménia de Ceausescu.



Carros de combate das tropas invasoras na Praça de S. Venceslau, em Praga

Por indicação do próprio Dubček, a resistência militar à invasão foi nula. Em contrapartida, as manifestações populares de oposição foram notórias, especialmente a partir da chegada a Praga das tropas invasoras, registando-se, então, algumas cenas de grande dramatismo. Morreram 72 pessoas e mais de 700 ficaram feridas. Dubček foi inicialmente detido, juntamente com os seus colaboradores mais próximos. Enviados para Moscovo, aí foram ‘persuadidos’ a assinar um documento através do qual eram canceladas algumas partes do seu programa de reformas e se aprovava a ocupação militar do país. No entanto, os invasores puderam aperceber-se de que as previstas reformas propostas pelo PCC tinham grande apoio da população, pelo que, transitoriamente, consentiriam que Dubček detivesse formalmente o poder. Mas a repressão da onda de reformas – com a designação de ‘normalização’ – começou imediatamente, sendo reintroduzida a censura. O suicídio do estudante Jan Palach, em 16 de Janeiro de 1969, na Praça de São Venceslau, como que sepulta, por uma vintena de anos, o sonho de libertação que um ano antes nascera. Por fim, em Abril, Dubček seria substituído por Gustav Husák, que conduziu os destinos do partido até ao Outono de 1987. No espírito de muitos observadores contemporâneos, ficava demonstrado que o comunismo era irreformável, mas a demonstração prática ainda demoraria cerca de vinte anos.

Em Portugal

Os acontecimentos da Checoslováquia foram acompanhados, em Portugal, com natural interesse. Nas hostes do Partido Comunista Português (PCP), as notícias não deixaram de causar alguma perplexidade. Na passagem do 60.º aniversário da invasão, Carlos Brito, que em 1968 era já membro da direcção do partido, na clandestinidade, em entrevista para o *Diário de Notícias*, haveria de recordar:

Lembra-se de que logo nessa altura sentiu um grande incómodo por ver que as reformas que estavam a ser levadas a cabo na Checoslováquia foram travadas. "Podia ter sido tudo diferente", diz o histórico dissidente comunista. "Dentro do partido houve resistência em aceitar a invasão

soviética mas fomos sendo convencidos dos riscos que a revolução checoslovaca podia representar e venceu a doutrina Brejnev."

Um dos riscos acenados que ajudaram a que se convencesse a aceitar o golpe soviético foi o perigo de um conflito europeu, resultante de uma resposta da União Soviética a um hipotético domínio do imperialismo. Estava clandestino quando ouviu na Rádio Moscovo e na Rádio Portugal Livre que os tanques tinham entrado em Praga. "Percebi que iam aumentar as dificuldades, mas acabei por ser convencido pela importância da 'soberania limitada'", a doutrina de Brejnev.¹⁰

Em 1975, em pleno desenvolvimento do processo revolucionário que se seguiu à revolta militar de 25 de Abril de 1974, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, em entrevista ao semanário italiano *L'Europeo* e depois publicada no semanário francês *Paris-Match*, abordava com a jornalista Oriana Fallaci a memória dos acontecimentos de 1968 nos seguintes termos:

OF – A minha segunda pergunta diz respeito ao Pacto de Varsóvia. É verdade ou não que o senhor aprovou a intervenção soviética na Checoslováquia?

AC – É completamente verdade que aprovei e apoiei a chamada dos carros de combate a Praga. Não sinto nenhuma vergonha em admiti-lo. Quando muito, isso pode, por vezes, ser inoportuno. Mas foi essa a minha escolha, a nossa escolha, e tínhamos razão.

Em todos os sentidos: político, histórico e cultural. E, rio-me das interpretações que se podem dar. Ficar-lhe-ia grato que sublinhasse isso no seu jornal. E, outro ponto, ainda. Repito-o, como concluí acima: Portugal não será um país com liberdades democráticas e monopólios. Não será um parceiro das vossas democracias burguesas. Porque não o permitiremos. Talvez voltemos a ter um Portugal fascista. É um risco a correr, embora não o creia; não acredito num golpe de Estado fascista, dado estarmos em condições de o evitar graças à nossa aliança com os militares. Mas uma coisa é segura e certa: não teremos um Portugal social-democrata. Nunca. Seja bem clara nesse ponto.

OF – Pode confiar em mim...¹¹



Entrevista completa em pp. 435-444

David Martelo – Abril de 2022

¹⁰ *Diário de Notícias* de 21-08-2018.

¹¹ <http://portadaloja.blogspot.com/2014/03/alvaro-cunhal-em-junho-de-1975-orian.html>